

NÃO ASSASSINEM A DEMOCRACIA BRASILEIRA

(Carta aberta aos senadores da república apresentada em Natal, 25 de abril de 2016)

CinaraNahra¹

“Assim como a criança humildemente afaga a imagem do herói, assim me aproximo de ti, Maiakóvski. Não importa o que me possa acontecer por andar ombro a ombro com um poeta soviético. Lendo teus versos, aprendi a ter coragem. Tu sabes, conheces melhor do que eu a velha história. Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer mais nada. Nos dias que correm a ninguém é dado repousar a cabeça alheia ao terror. Os humildes baixam a cerviz; e nós, que não temos pacto algum com os senhores do mundo, por temor nos calamos. No silêncio de meu quarto a ousadia me afogueia as faces e eu fantasio um levante; mas amanhã, diante do juiz, talvez meus lábios calem a verdade como um foco de germes capaz de me destruir. Olho ao redor e o que vejo e acabo por repetir são mentiras. Mal sabe a criança dizer mãe e a propaganda lhe destrói a consciência. A mim, quase me arrastam pela gola do paletó à porta do templo e me pedem que aguarde até que a Democracia se digne a aparecer no balcão. Mas eu sei, porque não estou amedrontado a ponto de cegar, que ela tem uma espada a lhe espetar as costelas e o riso que nos mostra é uma tênue cortina lançada sobre os arsenais”.

No caminho com Maiakóvski, de Eduardo Alves da Costa

Senhoras e senhores este é o dia seguinte ao que o trecho da poesia acima menciona, os dias a quem ninguém é dado repousar a cabeça alheios ao terror. Infelizmente neste abril de 2016 aqui em nosso País a democracia está sob ameaça, ela tem uma espada a lhe espetar as costelas. Esta espada é empunhada de forma sorrateira e vil pelos golpistas que querem destituir do posto a atual presidenta do nosso Brasil, legitimamente eleita para um mandato de 4 anos com mais de 54 milhões de votos, há apenas 18 meses atrás.

Em que se baseiam estes que solicitam o impeachment da presidenta? Qual o crime que lhe imputam? O artigo 85 da nossa Constituição estabelece que há sete

¹Professora associada do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

(7) possibilidades para que se caracterize um ato de um Presidente da República como crime de responsabilidade, passível de impeachment. O ato que poderia levar ao impeachment, pela Constituição e pela lei do impeachment (1079/50) é o de atentar contra a lei orçamentária. Esta é a acusação daqueles que pedem o impedimento de Dilma: acusam-na de atentar contra a lei orçamentária usando empréstimos de bancos públicos para financiar o tesouro nacional, o que não pode pois a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe que uma instituição financeira pública (como a Caixa Econômica Federal) financie seu controlador (o Tesouro Nacional). Como em alguns momentos entre 2012 e 2014 o Tesouro atrasou o pagamento para a caixa e esta continuou pagando as obrigações do governo, como o programa Bolsa Família e os benefícios do Seguro-Desemprego, ela (a Caixa) teria precisado usar recursos próprios para honrar esses pagamentos. Ao fazer isso, a Caixa teria "financiado" o Tesouro, o que é ilegal, e estas seriam um exemplo das chamadas pedaladas.

Para entender mais exatamente do que acusam Dilma darei um exemplo: imagine que você é presidente da república responsável por um dos maiores programas de transferência de renda da história do seu País, um programa que em 10 anos tirou 36 milhões de pessoas da miséria e que erradicou a fome neste país. Imagine que milhões de pessoas pelas quais em última instância você é responsável, porque você é o presidente deste país, dependam deste dinheiro; pouco dinheiro para cada um que recebe, mas que faz para muitas destas pessoas a diferença entre continuar se alimentando ou entrar em estado famélico novamente. Imagine que você saiba que terá dinheiro em breve para continuar repassando o dinheiro para as pessoas que participam deste programa, mas que por alguns meses, por vários motivos fora do seu controle como desastres naturais, problemas com a economia internacional e muitos outros, você estará com pouco fluxo de caixa. Já o banco para o qual você (o governo) deve fornecer dinheiro - para que ele repasse este valor para estas pessoas que participam do programa e precisam deste dinheiro para se alimentar - tem dinheiro em caixa, ou seja, pode continuar tranquilamente pagando os beneficiários do programa por estes poucos meses até que você (governo) faça o repasse ao banco, com um certo atraso. Veja bem, o banco não está emprestando nada ao governo, ele simplesmente continua pagando aos beneficiários do programa aquilo que é obrigação dele por força de contrato. Você (governo) também não está dando o calote no banco, você pagará as parcelas devidas ao banco, apenas atrasará o pagamento. Você (governo) tem duas opções aqui: 1) ou você diz " não farei isso porque pode parecer que é um empréstimo do banco para nós governo, e isso não pode por lei, e assim sendo prefiro então que o banco, mesmo tendo dinheiro para pagar estas pessoas que

dependem deste dinheiro para se alimentar, não faça isto, deixando estas pessoas passarem necessidade” ou você faz o que a razão e o bom senso nos dizem para fazer, ou seja 2) deixa que o banco continue pagando os beneficiários do programa, e por consequência, evita que elas passem necessidade e fome, e alguns meses mais tarde você faz ao banco os repasses financeiros que você atrasou por um certo tempo mas para os quais você sabe e sempre soube que teria dinheiro.

Nós filósofos eticistas trabalhamos o tempo todo com dilemas morais de todo o tipo. Dilemas complicadíssimos. Este dilema que o governo enfrentou no primeiro mandato de Dilma é de tão fácil resolução que penso que nem chega a se constituir propriamente em um dilema moral ou político. Entre 1) “deixar as pessoas passarem fome” e 2) “não importa que pensem que o que estou fazendo é contra a lei (ainda que não seja) não deixarei que os beneficiários do programa passem necessidade” o governo escolheu a opção 2. Optou pelas 36 milhões de pessoas que saíram da miséria, optou por manter a fome afastada do nosso país e do nosso povo, optou pela vida. O governo tomou esta decisão, fez esta opção, que não tem absolutamente nada de ilegal, e muito menos de imoral, e tenho certeza que 99% de nós, se no governo estivéssemos, teríamos feito exatamente a mesma coisa. Mas é a isto que chamam de pedaladas fiscais, é por conta destas supostas pedaladas que acusam a presidenta de atentar contra a lei orçamentária, é por supostamente atentar contra a lei orçamentária que a acusam de crime de responsabilidade, e é por ter supostamente cometido crime de responsabilidade que querem justificar o impeachment.

Há nisto que o governo fez algum crime de responsabilidade? O único crime de responsabilidade cometido por nossa presidenta foi o de ter assumido para si, exatamente como fez seu antecessor, o nosso eterno presidente Lula, a responsabilidade por fazer uma revolução social e econômica neste país sem derramar uma única gota de sangue, a responsabilidade por tirar milhões de pessoas da miséria, a responsabilidade por erradicar a fome, por criar um dos maiores programas de habitação popular que este país já teve, por ampliar significativamente o acesso das camadas mais excluídas da população à educação universitária permitindo que o filho do sertanejo se faça doutor. Por estes feitos, que são crimes gravíssimos aos olhos da parcela mais preconceituosa e atrasada da pretensa elite brasileira, Dilma é de fato responsável..., mas nenhum deles é motivo para impeachment!

Aquele crime de responsabilidade que daria causa ao impeachment, o de atentar contra a lei orçamentária da qual lhe acusam, Dilma não cometeu. E se não há crime de responsabilidade não há fundamento jurídico para o impeachment, e se não há fundamento

jurídico para o impeachment, o impeachment é golpe, e os que pedem e conduzem o impeachment, são na realidade golpistas, verdadeiros carrascos da democracia. Este pedido de impeachment que foi pretensamente analisado pelo Congresso Nacional é uma das maiores farsas político/jurídicas da História do Brasil e o dantesco episódio protagonizado pelo Congresso Nacional no último domingo serviu ao menos para deixar claro aos olhos de todo o mundo que estamos diante de uma farsa. Uma farsa arquitetada por aqueles que saíram derrotados das últimas eleições e que não se conformaram com sua derrota e que querem então virar a mesa da democracia, forjando um crime que não existe, e violando as regras do jogo democrático.

Mas o que é o jogo democrático? O que é a democracia? Norberto Bobbio no seu livro *“O Futuro da Democracia, uma defesa das regras do jogo”* nos dá uma definição mínima de democracia, diz ele:

“Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos.(...)No que diz respeito às modalidades da decisão a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas- e portanto vinculatórias para todo o grupo- as decisões aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão”.

No dia 26 de outubro de 2014 a atual presidente Dilma Rousseff foi eleita por maioria, com mais de 50 milhões de votos, perfazendo 51,64% de votos válidos, para exercer um mandato de 4 anos como presidente do Brasil, de 2015 a 2018. Esta é a regra do jogo democrático no Brasil, aonde vigora o presidencialismo e o voto universal, ou seja, o voto de cada um de nós com 16 anos ou mais, sejamos pobres ou ricos, homens ou mulheres, brancos ou negros, hetero ou homossexuais vale exatamente a mesma coisa. Os candidatos à presidência debatem livremente suas ideias, discutem, argumentam, disputam livremente o voto dos eleitores e recebem nas urnas o veredito final, saindo vencedor aquele que obtém a maioria simples de 50% mais um. Naquele domingo primaveril, que tenho certeza ainda está vivamente presente na memória de todos, fez-se mais uma vez a festa da democracia brasileira, e no final do dia anunciou-se a reeleição da presidenta para um segundo mandato. Diferença pequena sim, mas incontestável. Tudo absolutamente de acordo com as regras do jogo democrático.

Hoje, 18 meses depois temos a tarefa árdua de defender o que parecia até muito pouco tempo atrás uma conquista irreversível. Os arautos do impeachment sabem que a presidenta não cometeu nenhum crime de responsabilidade, mas mesmo assim pedem o impeachment, e o pedem porque o que procuram é simplesmente um pretexto, seja lá qual for, para justificar o injustificável, ou seja, a derrubada da presidenta e a desestabilização da democracia e do Estado brasileiro. Os golpistas agem em relação a democracia como um time de moleques mimados jogando futebol e que ao verem sua equipe ser derrotada em um jogo absolutamente limpo e bem disputado resolvem que não haverá mais outra partida, e levam a bola para casa argumentando que ela é deles. Porém, senhores, a bola da democracia não pertence a ninguém, ela é de todos, e ela maltrata todos aqueles que não a respeitam. Estes que aí estão, ardilosamente conspirando para conseguir por meios escusos que falharam em obter pelo voto popular. Estes que aí estão, inventando pretextos esdrúxulos e esgrimindo *pseudo* argumentos mirabolantes para conquistar pela manipulação, pelas mentiras, pela coerção e por manobras vis, jurídica e politicamente falando, aquilo que lhes foi negado pelas urnas, não prosperarão. O povo brasileiro há de mostrar que a democracia brasileira é muito mais forte do que supõe os seus inimigos aqui no Brasil e lá fora. Das “forças terríveis” citadas por Jânio Quadros em sua renúncia nos idos de 1961, mas que estiveram também presentes no suicídio de Vargas, no golpe militar que derrubou João Goulart e acabou com a legalidade no país instaurando o estado de exceção, no asqueroso e repugnante *bullying* político e moral que estão fazendo com a presidente Dilma, sabemos agora que elas não são forças ocultas, nome pelo qual entraram erroneamente na História, mas que elas representam na realidade os interesses do que há de pior no capital monopolista internacional que sempre cobiçou nosso petróleo e nossas riquezas. Representam as agências de espionagem americanas que como denunciou Edward Snowden, invadiram os e-mails de nossa presidenta e de vários outros chefes de Estado no mundo numa tentativa criminoso de obter vantagens competitivas para empresas americanas e descobrir segredos de diversas nações. Representam boa parte dos oligopólios nacionais da área das comunicações que historicamente sempre tentaram manipular grosseiramente o povo e sempre estiveram ao lado dos governos de exceção. Representam as máfias que sempre se incrustaram na máquina estatal e que se associam aos setores mais corruptos e improdutivos dos setores público e privado. Representam aqueles segmentos do setor privado que são avessos à competição e ao mesmo tempo avessos a qualquer forma de responsabilidade social. Representam também agora no século XXI, e não se iludam quanto a isto, os interesses das grandes empresas

monopolistas da internet, que querem manter e ampliar os monopólios de redes sociais como *facebook*, e outros, a todo custo. Estas forças, novas e velhas, são contra a ascensão das classes populares e a repartição do bolo das nossas riquezas, querendo se apropriar integralmente destas, usando para isto de todos os meios que sejam necessários, dentro da conhecida lógica perversa de que “os fins justificam os meios”. E já que os fins justificam os meios para eles vale tudo. Vale se aliar a corruptos notórios, vale a traição, o cinismo, a hipocrisia e vale, inclusive, fazer a apologia da tortura e dos torturados transformando uma sessão do Congresso Nacional em um circo de horrores. Na sessão do Congresso Nacional do dia 17 de abril de 2016 a barbárie mostrou sua face em cadeia nacional, envergonhando a todo cidadão minimamente honesto deste país e anunciando o fim da política entendida aristotelicamente como a procura do bem comum, e o fim da ética entendida enquanto compromisso com a moralidade pública. Este congresso nacional escancarou o que já suspeitávamos: política para eles é negociata, é interesse pessoal ou, no máximo, “familiar”. Aos que também lá resistiram, cuspidos de todos os modos possíveis na cara do neofascismo, fiquem certos de que a História, aquela velha e pachorrenta senhora a que se referiu Luís Fernando Veríssimo, os julgará como heróis. Os outros ela jogará na sua lata de lixo, como sempre fez com os canalhas.

Cabe agora ao Senado Federal aceitar ou não este pedido caricato de impeachment feito por aquela parcela da suposta elite brasileira que representa na realidade a vanguarda do atraso. O que está em jogo é nada mais nada menos do que o futuro da democracia no Brasil. Se o senado aprovar o impeachment no final do rito a democracia brasileira estará mortalmente ferida. Algo muito sério está em jogo, não é só o mandato de Dilma que está em questão, mas todos os próximos mandatos e todas as próximas eleições, porque se arranjam um pretexto esdrúxulo para derrubar a presidente hoje, os mesmos que agora são algozes amanhã certamente serão vítimas. Se derrubarem Dilma hoje derrubarão qualquer outro ou qualquer outra que seja eleito pelo povo amanhã, tudo dependendo das conveniências e inconveniências daquelas forças que acham que o Estado brasileiro lhes pertence, a eles e a suas famílias, e assim sempre que perderem tentarão derrubar os presidentes eleitos pelo povo para colocar em seu lugar aqueles que sirvam melhor aos seus interesses; interesses estes que estão muito longe de serem os melhores interesses dos cidadãos brasileiros. Esse novo jogo que começará a ser jogado se este impeachment for aceito é tudo, menos o jogo democrático. Não é o jogo que obedece a regra da decisão majoritária, é um jogo autocrático e essencialmente antidemocrático em que sempre se estará derrubando o que a maioria do povo

decide pelo voto popular, a um ponto tal que a própria necessidade de votar estará desacreditada, e destruída estará então a democracia. É por isso que, no Brasil de hoje, a democracia tem de fato uma espada prestes a golpeá-la pelas costas. É para quebrar esta espada empunhada pelos farsantes e impostores que democratas de todos os tipos, de todas as tribos, de todos os partidos e de todas as cores estão indo as ruas, paradeixar claro que lutaremos incansavelmente por aquilo que levamos tanto tempo para construir e em nome do qual tantas pessoas que por ela lutaram deram suas vidas.

Aos membros do Senado Federal que terão nas suas mãos a tarefa de decidir definitivamente sobre o impeachment ou não da Presidente, façamos um apelo. Um apelo para que reflitam, para que pensem para além de qualquer interesse pessoal ou de grupo, que pensem no bem comum e que assim votem pela manutenção das regras do jogo, permitindo que a democracia continue saudando, radiante e no esplendor de sua beleza, o povo brasileiro. Um apelo para que consertem aquela patacoada protagonizada pelo Congresso Nacional dia 17 e que o povo brasileiro assistiu, em choque, pela televisão. Não permitam que nossa presidenta seja deposta, deixem a nossa presidenta em paz para fazer aquilo para o qual ela foi eleita pela maioria do nosso povo, ou seja, governar nosso país. Abaixem suas espadas e não inscrevam seus nomes na História como aliados dos corruptos e dos que defendem a tortura, carrascos da democracia. Por favor, não assassinem a nossa democracia, o Brasil pode vir a nunca mais se recuperar deste golpe!

Este texto é a reprodução de uma carta aberta aos senadores da nossa república que apresentei em conferencias na UERN ena semana de filosofia da UFRN durante o mês de abril de 2016, como um pedido para que os senadores da república não referendassem o Congresso Nacional que havia autorizado a abertura de processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Como sabemos, infelizmente, o senado votou em 12 de maio de 2016 pela abertura do processo e seu imediato afastamento e no dia 31 de agosto de 2016 a presidenta perdeu seu cargo, tendo entrado em seu lugar o seu então vice Michel Temer. Hoje, em 2017 estão sendo investigados ou presos, acusados de corrupção, muitos de seus algozes, inclusive o então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha. O senador Aécio Neves, que foi o segundo colocado nas eleições presidenciais de 2014 vencidas por Dilma, é acusado de ter recebido 2 milhões em propina de uma grande empresa de proteína animal brasileira. Foi instaurado no STF um inquérito que investigará Michel Temer por indícios de três crimes: corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de justiça. A

democracia brasileira não está morta, mas com a saída de Dilma sofreu um duro golpe. A boa nova é que a História continua sendo um carro alegre, cheio de um povo contente, que atropela indiferente a todo aquele que a negue, como cantaram Chico Buarque e Milton Nascimento. Nas ruas o povo clama pela única saída que pode restaurar a normalidade democrática no país: diretas já!